



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680261 - TO (2021/0220030-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDIS JOSE FERRAZ
ADVOGADO : EDIS JOSÉ FERRAZ - TO005596
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : RAIMUNDO MENDES BARROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAIMUNDO MENDES BARROS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0007062-83.2021.8.27.2700).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime tipificado no art. 217-A, § 1º, do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a manutenção da custódia cautelar careceria de fundamentação idônea, não tendo sido respeitado o disposto no art. 315, § 2º, do Código de Processo Penal.

Aduz que "não há que se falar em gravidade concreto pelo *modus operandi*, vez que a vítima foi para o local dos fatos de livre e espontânea vontade, ou seja, não houve uma violência real perpetrada em face da suposta vítima que conta com 16 anos, conforme ficou evidenciado pela denúncia" (fl. 7).

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou convertida em domiciliar, com ou sem aplicação de medidas alternativas à prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente